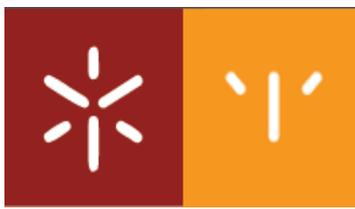


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Maria João Machado Campos

**Violência doméstica contra homens:
Discursos e perceções das forças de
segurança**

Outubro de 2016



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Maria João Machado Campos

**Violência doméstica contra homens:
Discursos e percepções das forças de
segurança**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Marlene Alexandra Veloso Matos

DECLARAÇÃO

Nome: Maria João Machado Campos

Endereço eletrónico: mariajmc14@gmail.com

Telemóvel: -----

Número do Cartão de Cidadão: 13916549

Título da dissertação: Violência doméstica contra homens: Discursos e perceções das forças de segurança

Orientadora: Professora Doutora Marlene Matos

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 17/10/2016

Assinatura: _____

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	4
Abstract.....	5
1. Introdução.....	6
1.1. Violência Doméstica contra homens.....	6
1.1.1. Dados de prevalência sobre a vitimação.....	6
1.1.2. Impacto da violência doméstica nos homens.....	7
1.1.2. Motivos para a agressão.....	7
1.1.3. Manutenção da vítima na relação abusiva.....	8
1.2. Forças de segurança: Papel, percepções e intervenção.....	9
2. Metodologia.....	12
2.1. Objetivos e questões de investigação.....	12
2.2. Metodologia de investigação.....	12
2.3. Instrumento.....	12
2.4. Participantes.....	13
2.5. Procedimentos.....	14
2.6. Tratamento de dados.....	15
2.6.1. Pré-análise.....	15
2.6.2. Exploração do material.....	15
2.6.3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.....	15
2.7. Acordo intercodificadores.....	15
3. Resultados.....	16
3.1. Discurso sobre a violência doméstica em geral.....	16
3.2. Perspetivas sobre a violência doméstica em função do sexo.....	17
3.3. Violência doméstica contra homens.....	17
3.4. Papel das forças de segurança.....	21
3.5. Intervenção das forças de segurança.....	21
4. Discussão.....	22
5. Conclusão.....	26
6. Referências Bibliográficas.....	28

Índice de tabelas

Tabela 1: Caracterização dos participantes ($n = 11$).....	13
---	----

Agradecimentos

“Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.” Saramago

A viagem foi longa, atribulada, repleta de emoções. Apesar das lágrimas, tenho a alegria de saber que não percorri este caminho sozinha. Este espaço é para essas pessoas, que foram tantas, que permitiram que essa “coisa” que há dentro de mim, florescesse e transforma-se em algo bom. Uma vida e mil palavras não serão suficientes para elas, nunca serão.

Agradeço à **Doutora Marlene Matos** por todas as críticas e sugestões de melhoria que tornaram este trabalho possível. À **Doutora Andreia Machado**, pela transmissão do seu conhecimento e experiência. A ambas, agradeço, de coração, toda a paciência neste longo percurso. **Ao grupo de investigação**, desejo a maior sorte do mundo.

Aos meus pais. Seres maravilhosos e grandiosos que me ensinaram que desistir nunca é o caminho, que todas as adversidades passam e transformam-se em aprendizagens para a vida. Obrigada, de coração, por serem o melhor de mim. **Ao meu irmão, cunhada e afilhadas**. Por serem um exemplo que nada se concretiza sem cedências e sacrifícios. Às minhas meninas, que tanto amo, que me roubam sorrisos nos dias chuvosos e iluminam dias já brilhantes.

Ao Filipe, o palerma. Obrigada por me ensinares o que é o amor e a amar, por acreditares em mim e naquilo que posso vir a ser e por tentares, todos os dias, fazer com que seja uma pessoa melhor e feliz. A vida sem ti não tinha tanta vida.

À **família que escolhi**. À **Cátia**, por ser de sempre. Não pertences só à minha história, tu és a minha história. Das melhores pessoas que tenho, és respeito, admiração e carinho. Obrigada por tudo que és e dás. À **Patrícia**, por ser um bom estudo de caso para a psicologia © És simplesmente um ser maravilhoso, com um coração enorme e um apoio essencial na minha vida. Obrigada por todo o apoio, por toda a ajuda, por toda a presença. À **Sabrina**. Pela referência de força, coragem e garra. Tens um coração bondoso, riso fácil, e uma disposição que alegra qualquer pessoa. És simplesmente maravilhosa. Obrigada por permitires que faça parte da tua vida e da tua batalha. À **Daniela**. És atribulada, mas com coração enorme. Obrigada.

Aos amigos da faculdade. Vocês foram o melhor que a universidade me deu, não é fácil a saudade, mas sei que serão para sempre. A vocês, MDLJ, desejo só o melhor da vida. Até à morte da última. Às **amigas recentes** (Gatuxas), que se tornaram das melhores possíveis.

Ao Avô e Padrinho. Quero acreditar que onde quer que estejam, estão orgulhosos de mim. Só acreditando nisto faz sentido viver sem a vossa presença. Saudades eternas.

Violência doméstica contra homens: Discursos e percepções das forças de segurança

Resumo

A violência doméstica representa um grande problema social, criminal e de saúde. O perfil da vítima tem-se transformando nos últimos anos. A violência contra homens não tem sido alvo de atenção social ou científica. A polícia é, para muitas vítimas, o primeiro contacto aquando do pedido de ajuda, sendo uma oportunidade para lhes fornecer apoio e assistência. Assim, o objetivo deste estudo é conhecer os discursos e as percepções das forças de segurança sobre a VD contra homens. Nesse sentido, foram efetuadas entrevistas a elementos da Guarda Nacional Republicana com o propósito de recolher as suas percepções e discursos relativamente a este fenómeno. Os dados foram codificados de acordo com a análise de conteúdo. Os principais resultados revelaram conhecimento técnico e percepções ajustadas sobre o fenómeno. Contudo, parece persistir algum desconhecimento sobre questões mais específicas do fenómeno (e.g., impacto, necessidades dos homens vítimas, perfil da vítima). Os resultados são discutidos e reflecte-se acerca das suas implicações práticas para as forças de segurança, para a comunidade científica e para as vítimas.

Palavras-chave: violência doméstica, homens, vítimas, conhecimento, percepções, forças de segurança.

Domestic violence against men: Discourses and perceptions of security forces

Abstract

Domestic violence is a major problem social, criminal and a health level. The victim profile has been changing in the last years. The violence against men has been the subject of social or scientific attention. The police is, for many victims, the first contact to call for help, and an opportunity to have support and assistance. The objective of this study is to know the discourses and perceptions of the security forces of domestic violence against men. In this sense, we conducted interviews with police elements, in order to collect their experience and perceptions regarding this phenomenon. Data were analyzed according the principles of the content analysis. The main results demonstrated an adjusted technical knowledge and perceptions on the phenomenon, yet there seems to be some deficiencies in knowledge when it comes to more specific questions of the phenomenon (e.g., impact, needs of male victims, profile victim). The results are discussed and its practical implications for the security forces, scientific community and victims are mentioned.

Keywords: domestic violence, men, victims, knowledge, perceptions, security forces.

1. Introdução

A violência doméstica (VD) define-se como “*violência física, violência sexual, stalking e agressão psicológica (incluindo táticas coercivas) por um atual ou ex-parceiro íntimo (i.e., namorado(a), um parceiro sexual...)*” (Centers for Disease Control and Prevention, 2015). É inegável que a VD representa um grande problema, social e de saúde (e.g., Centers for Disease Control and Prevention, 2015). Nas últimas décadas foram múltiplos os estudos que incidiram sobre a VD, priorizando a violência exercida contra a mulher (Bush & Rosenberg, 2004). Contudo, nos últimos anos, o perfil de vítima de VD tem-se transformando, evidenciando diferentes realidades, como por exemplo, o aumento dos casos em que o homem é vítima de VD (Matos & Santos, 2014). Não obstante, a VD contra homens tem sido descurada na investigação científica, não sendo ainda alvo de atenção social e científica (e.g., Mele, Roberts, & Wolfer, 2011), sobretudo em Portugal (Machado & Matos, 2012).

1.1. Violência doméstica contra os homens

1.1.1. Dados de prevalência sobre a vitimação

Internacionalmente, os dados revelam-se alarmantes. Segundo o *National Crime Victimization Survey* (EUA), em 2014, a proporção de VD foi de 2.4 vítimas por cada 1000 habitantes (*US Department of Justice*, 2015). Os estudos sobre a prevalência são díspares, mas refletem uma “nova” realidade: os homens são vítimas de VD. A revisão da literatura de Desmarais, Reeves, Telford, e Fiebert (2012) revelou que um em cada cinco homens são vítimas de VD. Costa, Lindert, Hatzidimitriadou, Sundin, Toth, Ioannidi-Kapolo e Barros (2015) avaliou a prevalência de VD na Europa, revelou que homens e mulheres apresentavam prevalências similares para a vitimação e para a perpetração, excetuando a coerção sexual que é maioritariamente perpetrada por homens. O mesmo estudo informou ainda que a mulher tendencialmente pratica mais violência física do que o homem, dados que são congruentes com a meta-análise de Archer (2000).

A realidade nacional da prevalência de VD contra homens patenteada pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) divulga que, no ano de 2015, das 22.469 queixas apresentadas por VD, em 15.4% das denúncias, a vítima era homem e 13.1% dos denunciados eram do sexo feminino (RASI, 2016). Os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) indicam que recorreram a este serviço, em 2015, 388 homens

vítimas em relações heterossexuais. O estudo de Carmo, Gramms, e Magalhães (2011) concluiu que 11.5% dos 535 casos recebidos pelo Instituto de Medicina Legal (IML) eram do sexo masculino e em mais de 80% já existia história de violência anterior. No que se refere aos tipos de violência sofridos, Machado, Hines, & Matos (2016a) concluíram que a violência mais comum sofrida pelos homens portugueses (no último ano) foi a violência psicológica (85.4%), seguindo-se a física (47.2%) e a sexual (29.2%). Esse estudo nacional apontou que 91% ($n = 89$) dos participantes sofreu, no último ano, algum tipo de violência por parte da sua companheira (Machado, Hines, & Matos, 2016a).

Os dados confirmam que o homem e a mulher devem ser olhados como possíveis vítimas e/ou agressores de VD (e.g., Archer, 2000; Capaldi, Knoble, Shortt, & Kim, 2012; Costa et al., 2015). Estes dados de prevalência atuais revelam, também, que VD é um problema relacional e não de género (e.g., Hamel, 2009).

1.1.2. Impacto da violência doméstica nos homens vítimas

A VD apresenta um risco para a saúde física e mental do homem (Hines & Douglas, 2011, 2014, 2016a). São já vários os estudos que relatam que a vitimação masculina tem impacto psicológico significativo (e.g., Finney, 2006; Hines & Douglas, 2011a, 2011b; Machado, Hines, & Matos, 2016b; Watson & Parsons, 2005), revelando sentimentos de confusão, frustração, raiva, dor ou desapontamento (Canadian Centre for Justice Statistics, 2000) podendo desenvolver-se uma perturbação pós-traumática do *stress* (PTSD), níveis elevados de depressão e de ansiedade (e.g., Hines, 2007; Hines & Douglas, 2011b; Hines & Malley-Morris, 2001; Randle & Graham, 2011). Hines e Malley-Morris (2001) referem ferimentos, perda de peso, sintomas psicossomáticos, medo e elevado nível de *stress*. Além disso, os homens podem externalizar o seu sofrimento emocional através do abuso de álcool e de substâncias (Hines & Malley-Morris, 2001; Hines & Douglas, 2012). Migliaccio (2002) reporta outros efeitos a nível psicológico, nomeadamente, ideação suicida, evitamento e dissociação nos homens vítimas. Segundo Machado, Hines e Matos (2016b), o impacto é essencialmente psicológico, nas relações interpessoais e na atividade profissional/académica.

1.1.3. Motivos para a agressão

Na literatura são múltiplos os motivos apontados para a VD contra o homem. Caldwell, Swan e Allen (2009) agruparam-nos em cinco fatores: expressão de emoções

negativas, autodefesa, controlo, ciúmes e ao que se apelida de “*tough guise*” (i.e., ser intimidante). A maioria destes resultados é consistente com outros estudos (e.g., Bair-Merritt, 2010; Elmquist et. al. 2014; Muller, Desmarais & Hamer, 2009; Stuart, Moore et al., 2006). Também Machado, Hines, & Machado (2016b, p. 102) aludem a seis fatores: “*desequilíbrio de papéis e dependências; díade de dificuldades de comunicação e relacionais e conjugais; protesto e retaliação; problemas estruturais e externos; jealousy e vulnerabilidades do parceiro*”. Outros motivos podem ser considerados, como por exemplo, o abuso de substâncias tanto na agressora como na vítima (e.g., Busch & Rosenberg, 2004; Caetano, Nelson, & Cunradi, 2001; Hines & Douglas, 2010; Stuart, Meehan, et al., 2006; Stuart, Moore et al., 2006).

A meta-análise de Bair-Merritt, Crowne, Thompson, Sibinga, Trent e Campbell, (2010) demonstrou que a autodefesa e a retaliação foram os fatores mais apresentados nas investigações estudadas. Vários estudos defendem a autodefesa como o motivo para a agressão feminina (e.g., Busch & Rosenberg, 2004; Dobash & Dobash, 2004; Henning & Feder, 2004; Sousela, 2006). Não obstante, a literatura revela que as mulheres podem iniciar a agressão física motivadas por razões semelhantes às dos homens, tais como, para expressar a sua frustração, para comunicar ou como forma de controlo ou pelo desejo de retaliação (Muller, Desmarais, & Hamer, 2009) e não exclusivamente em autodefesa, como advoga sobretudo a perspetiva feminina (e.g., Archer, 2002; Dobash & Dobash, 2004). As mulheres agressoras tendem a ter uma história de trauma, doença mental, ideação suicida e homicida e abuso de substâncias (Hines, Brown, & Dunning, 2007).

1.1.4. **Manutenção do homem vítima na relação abusiva**

Apesar da vitimação sofrida, há homens que permanecem na relação abusiva. Na investigação de Hines e Douglas (2015) os participantes admitiram não abandonar a relação por preocupação com os filhos [congruente com as conclusões de Cook (2009), Hines, Douglas, & Berger (2014); Mele, Roberts, & Wolfer (2011)]; argumentam que “casamento é para a vida”; referem-se a “amor”; acreditam na mudança da companheira; por vergonha e outros referem questões mais práticas. É importante realçar que vítimas assumem ter medo que a companheira o mate caso ele abandone a relação (Hines & Douglas, 2010). No estudo de Machado, Hines e Matos (2016a), o facto de não se reconhecerem como vítimas, a vergonha, a desconfiança no sistema de justiça, o medo de não acreditarem em si e da retaliação da companheira são os motivos apontados para não denunciar. Aliado a isso, o compromisso com a relação, a dependência emocional, as

crenças relativas à família (e.g., o melhor para os filhos) e as vulnerabilidades do parceiro (e.g., receio de suicídio) são apontados como fatores de manutenção na relação (Machado, Hines, & Matos, 2016b). Todas estas questões dificultam a denúncia, contribuindo e exacerbando o medo e a vergonha, vistos como o principal impedimento, assim como o receio dos homens vítimas em ser desacreditados e humilhados por terceiros (APAV, 2012).

Por outro lado, a visão da sociedade do homem como uma figura “*economicamente, socialmente e politicamente dominante*” (Hines & Malley-Morrison, 2001) intensifica a descrença aquando do pedido de proteção e impede as vítimas de reportar o abuso de que são alvo (Randle & Graham, 2011), o que, conseqüentemente, mantém o homem na relação. O facto de as campanhas de prevenção e respostas de apoio estarem, quase que exclusivamente, direccionadas para o sexo feminino, nomeadamente as casas de abrigo (e.g., Dutton & White, 2013), contribui, também, para a manutenção na relação.

1.2. Forças de segurança: Papel, percepções e intervenção

A polícia é, para muitas vítimas, o primeiro contacto para o pedido de ajuda, sendo uma oportunidade para lhes fornecer apoio e assistência (Burkhuizen, 2015). As vítimas necessitam de apoio emocional, de ser ouvidas, de aconselhamento e informação sobre como se podem manter em segurança e mais *feedback* das forças de segurança (FS) (McGregor, Renshaw, & Andrevski, 2013; Machado, Hines, & Matos, 2016a). O estudo de Machado, Hines e Matos (2016a) revela que os homens vítimas não pretendem a responsabilização criminal da agressora ou a indemnização pelos danos sofridos.

Segundo vários estudos, o sistema de justiça não é reconhecido, pelos homens, como um recurso útil e eficaz, o que exacerba a sua situação de vitimação (e.g., Douglas & Hines, 2011; Machado, Santos, Graham-Kevan, & Matos, 2016; Machado, Hines, & Machado, 2016b), aliada à crença das FS que a mulher tipicamente age em autodefesa (Bair-Merritt et al., 2010).

Especificamente sobre as percepções das FS sobre a VD contra homens, raros são os estudos realizados nacional e internacionalmente. Da investigação de Carvalho (2016), que estudou as percepções das FS sobre a VD e o homicídio conjugal (quando a vítima é homem), resultou que os participantes teriam percepções ambíguas quanto às características do homem vítima, à severidade da violência sofrida e ao

(auto)reconhecimento enquanto vítima, ainda que admitissem estar informados sobre as temáticas em estudo. Outro estudo sobre as percepções das FS revelou que os inquiridos ($n = 308$, dos quais 101 pertenciam à GNR) não legitimam a VD (Matos & Cláudio, 2010). No entanto, os militares da GNR foram os participantes a apresentar valores menos ajustados (Matos & Cláudio, 2010), indicando uma percepção menos ajustada sobre o fenómeno. Outro estudo nacional, que pretendia caracterizar as crenças sobre a VD dos profissionais que estivessem implícitos na resposta e/ou prevenção da VD, revelou valores globalmente baixos para a legitimação da VD, ainda que tenha sido encontrado um valor mais elevado para a amostra das FS, o que realça uma certa preocupação, pertencendo eles a uma instância de apoio à vítima (Machado et al., 2009).

Estes dados são congruentes com algumas investigações internacionais que revelam que os elementos das FS possuem uma visão ainda estereotipada da VD, crenças essas que podem interferir com o atendimento das vítimas (e.g., Russel & Light, 2006). A investigação de Barkhuizen (2015) revelou que as vítimas homens se sentiram desprezadas e que os episódios de violência relatados por eles foram trivializados pelas FS. Acresce que os homens vítimas de VD não têm a mesma proteção que as mulheres (e.g., Muller, Desmarais, & Hamel, 2009), dados consolidados igualmente por Henning e Feder (2005) que mostraram que as mulheres agressoras são menos propensas à acusação. Vários estudos revelam ainda que alguns homens eram acusados de serem eles os agressores pelas FS ou por instituições de apoio, que frisavam que se dirigiam unicamente a mulheres (e.g., Cook, 2009; Douglas & Hines, 2015; Hines, Brown, & Dunning, 2001; Machado, Hines, & Matos, 2016a; McCarrick, Davis-McCabe, & Winthrop, 2015).

A literatura revela ainda que o homem está relutante a denunciar a violência de que é vítima, mesmo quando se trata de violência severa (e.g., Machado, Hines, & Matos, 2016a; Muller, Desmarais, & Hamel, 2009). A não denúncia é exacerbada também pelo facto de os homens serem menos propensos à autoidentificação enquanto vítimas de VD (Barkhuizen, 2015). A discriminação negativa do homem vítima pode dever-se à soberania do paradigma patriarcal que interfere nas crenças ainda estereotipadas das FS e do SJ sobre a natureza da VD, isto é, apenas as mulheres são vítimas (e.g., Douglas, Hines, & McCarthy, 2012; Hines, Brown, & Dunning, 2001; Hines & Douglas, 2011b; McCarrick, Davis-McCabe, & Winthrop, 2015; Muller, Desmarais, & Hamel, 2009). A relutância das FS em considerar a VD contra homens como um caso grave e sério (e.g.,

Barkhuizen, 2015; Randle & Graham, 2011) também funciona como um obstáculo à denúncia.

Segundo Dixon e Graham-Kevan (2011), é essencial que as FS percecionem a VD como algo que pode ser perpetrado por homens e por mulheres, e que deve ser observada além do sexo e da gravidade das agressões. Segundo McCarrick, Davis-McCabe e Winthrop (2015), um tratamento indiferenciado e positivo por parte das FS têm um peso significativo no *empowerment* do homem vítima. Barkhuizen (2015) defende que a falta de formação sobre a VD contra homens aumenta o estigma sobre a vítima, contribuindo para a sua revitimação pelas FS, acrescentando que sem formação, estas práticas de estigmatização tendem a continuar. A preocupação e as propostas de soluções estão correlacionadas com a forma como enquadram e percecionam o fenómeno (Sousela, 2006).

Posto isto, o objetivo da presente investigação era o de conhecer os discursos e as perceções das FS sobre o fenómeno de VD contra homens. A pertinência desta investigação fundamenta-se no das perceções das FS sobre esse fenómeno mas também pelo que já se sabe, como por exemplo, o significativo impacto da VD nos homens e a influência do tratamento negativo por parte das FS nos homens vítimas. Apesar da existência de algumas investigações que estudaram essa questão (e.g., Carvalho, 2016; Machado, Hines, & Matos, 2016a), não se conhecem investigações com um *design* qualitativo. Ao conhecer-se as perceções desses profissionais, que podem ditar a continuidade, ou não, de um processo de pedido de ajuda, avalia-se as formas de intervenções e possíveis melhorias no tratamento destas “novas” vítimas. A pertinência acresce sabendo que Portugal parece não estar preparado para intervir com homens vítimas (Machado, Hines, & Matos, 2016a, 2016b), sobretudo porque este fenómeno ainda permanece invisível (Machado, Hines, & Matos, 2016a) e ocultado pela VD contra a mulher. A escassez de investigação nesta área, sobretudo, em Portugal, torna-se premente um maior investimento científico neste domínio, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas FS.

2. Metodologia

2.1. Objetivos e questões de investigação

Atendendo ao objetivo deste estudo, conhecer os discursos e as perceções das FS sobre o fenómeno de VD contra homens, foram definidas as seguintes questões de investigação:

1. Qual é a perceção atual das FS sobre a VD contra homens?
2. As FS possuem experiência no atendimento relativamente a este fenómeno?
3. Quais são os principais entraves percebidos pelas FS junto dos vítimas homens no pedido de ajuda e na denúncia?
4. Qual é o entendimento sobre o papel das FS neste fenómeno?
5. As FS percecionam-se como estando preparadas para intervir com vítimas homens? A formação profissional é percebida como suficiente para intervir com este grupo específico de vítimas?
6. Quais são as competências percebidas como necessárias dos elementos das FS para intervir com as vítimas homens?

2.2. Metodologia de investigação

A metodologia qualitativa afigurou-se como a mais adequada para responder aos objetivos do estudo. Neste sentido optou-se pela análise de conteúdo temática que se pode definir como *“uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas comunicações”* (Bardin, 2013, p. 38). O pressuposto básico é organizar palavras/frases/ideias (unidades de conteúdo) em categorias, de forma que essas se constituam uma teoria (Coutinho, 2011).

2.3. Instrumento

O instrumento elaborado para a recolha de dados foi uma entrevista semiestruturada. O guião foi produzido originalmente para esta investigação e inclui desde questões iniciais mais abertas até outras mais específicas. Este guião era constituído por 32 questões, subdividas em seis áreas temáticas: a) experiência profissional com casos de VD contra homens; b) reflexão geral sobre o fenómeno (e.g., motivos, necessidades, impacto; c) taxa de denúncia; d) papel das FS; e) proteção à vítima; f) formação profissional.

2.4. Participantes

Os participantes eram 11 profissionais das FS, elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR), de ambos os sexos (8 masculino e 3 feminino), com idades compreendidas entre os 36 e os 57 anos ($M = 40.2$; $DP = 7.9$), com funções distintas e com diferente tempo de exercício profissional, variando de 14 a 30 anos, ($M = 17.6$; $DP = 6.3$), pertencentes a estabelecimentos policiais no norte do país. Dos 11 participantes, a maioria ($n = 9$) possuía experiência direta de atendimento junto de com vítimas e tinha ($n = 9$) tinha formação específica no fenómeno de VD (i.e., pertenciam ao Núcleo de Informação e Apoio a Vítimas Específicas - NIAVE). Na tabela 1 encontram-se essas informações discriminadas:

Tabela 1.

Caracterização dos participantes ($n = 11$)

GNR	Sexo	Idade	Habilitações	Anos de exercício	Função	Nº casos envolvendo homens vítimas
P1	Masculino	36	Licenciatura Psicologia	15	Cabo/ Investigador Criminal	≤ 4
P2	Masculino	57	Mestrado em ciências jurídico- criminais	30	Assessor do Comando Operacional da GNR de Lisboa	0
P3	Masculino	44	Lic. Criminologia (2º ano)	21	Cabo Chefe no NIAVE	3
P4	Masculino	52	12ºano	27	Cabo Chefe no NIAVE	“(…)algun as dezenas”
P5	Feminino	36	9ºano	15	Investigador a NIAVE	≤ 4

P6	Feminino	37	12ºano	14	Investigador a NIAVE	0
P7	Masculino	41	12ºano	17	Investigador NIAVE	≤6
P8	Masculino	38	Lic. Ciências sociais/ Mestrado em Ciências Forenses	17	Cabo Chefe no NIAVE	≥10
P9	Masculino	37	Lic. Psicologia (3ºano)	15	Cabo-Chefe do NIAVE	“Não muitas, mas já tivemos algumas.”
P10	Feminino	32	12º ano	12	Investigador a NIAVE	1
P11	Masculino	32	12ºano	10	Investigador NIAVE	1

2.5. Procedimentos

Foi apresentado um pedido formal a diferentes instituições das FS, nomeadamente GNR, PSP e PJ, para a participação no estudo. Apenas a GNR mostrou disponibilidade para participar na investigação. Além disso, foram efetuados contactos de forma mais informal. Ressalva-se que as duas primeiras entrevistas realizadas constituíram-se como um primeiro estudo exploratório do próprio guião. Porém foram incluídas no *corpus* da investigação por conterem informações pertinentes.

Após a colaboração aceite, as entrevistas foram realizadas individualmente nos locais acordados com os participantes, nomeadamente nos postos da GNR, durante o horário de expediente. Antes da entrevista, apresentaram-se sumariamente os objetivos da investigação e o consentimento informado. As entrevistas foram gravadas em suporte áudio e, posteriormente, transcritas integralmente para o formato *word*.

2.6. Tratamento de dados

Para o tratamento dos dados optou-se pela análise de conteúdo. Apresenta-se de seguida as três fases fundamentais da análise de conteúdo:

2.6.1. Pré-análise

Nesta fase, selecionaram-se os documentos a analisar (e.g., entrevistas), procedendo-se às suas transcrições integrais. Assim, constituiu-se o corpus da investigação (Bardin, 2013). Foram respeitadas algumas regras impostas nesta fase: de exaustividade, o que significa que se atendeu a todos os elementos do *corpus*; de homogeneidade, que os dados devem ser alusivos ao mesmo tema e os procedimentos uniformes (Bardin, 2013; Coutinho, 2011); de exclusividade, os dados foram classificados em apenas uma categoria (Bardin, 2013; Coutinho, 2011) e, por fim, a regra da pertinência, o que significa que os documentos adaptam-se aos objetivos do estudo (Bardin, 2013; Coutinho, 2011).

2.6.2. Exploração do material

Esta etapa envolveu a codificação, isto é, os dados brutos são transformados e agregados sistematicamente em unidades, as quais descrevem exatamente as características do conteúdo (Holsti, 1969 como citado em Bardin, 2013). Compreende 3 etapas: recorte; enumeração e a classificação e agregação (Bardin, 2013). O primeiro refere-se à seleção das unidades (e.g., frases), o segundo à escolha das regras de enumeração e, por fim, o terceiro à escolha das categorias.

2.6.3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Esta fase destinou-se à descrição dos resultados e discussão dos mesmos.

2.7. Acordo intercodificadores

De forma a reforçar a credibilidade dos dados, recorreu-se a uma outra codificadora para analisar os dados para a avaliação do acordo intercodificadores. Aleatoriamente escolheu-se 36% dos dados (4 entrevistas) para que se procedesse à sua codificação, ou seja, após a análise dessas entrevistas, os dados foram enquadrados na grelha de categorias já elaboradas pelo codificador principal. Posto isto, recorreu-se à fórmula proposta por Vala (1986): $F=2(C1,2)/C1+C2$, isto é, multiplicou-se o número de acordo por dois e dividiu-se esse resultado pela soma do número de codificações encontradas por cada codificadora. Foi obtido um índice de: $F=2(351)/368+361=0.96$, o que indica um acordo bastante elevado, revelando fiabilidade nos resultados obtidos. Este valor resulta da discussão das incongruências obtidas.

3. Resultados

3.1. Discurso sobre violência doméstica em geral

Observaram-se percepções diferentes dos participantes quanto à vítima, ao sistema de justiça e questões socioculturais (subcategorias de 1ª ordem).

Quanto à percepção relativamente à VD, o discurso tendia a ser *genderizado* ($n = 5$) e era marcado pela perspectiva que a VD é um fenómeno transversal em termos de sexo ($n = 8$) (e.g., “*É uma situação transversal que acontece tanto nos homens como nas mulheres.*” P11).

3.2. Perspetivas sobre a violência doméstica em função do sexo

As diferenças nas perspetivas sobre a VD, em função do sexo, subdividem-se em função de: respostas disponíveis, vítima, sistema de justiça, influência das questões socioculturais e protagonistas.

A maioria dos participantes considerou que as respostas disponíveis estão direcionadas para mulheres ($n = 10$). (e.g., “*Agora o sistema em si está montado para cuidar mais das vítimas do sexo feminino do que das vítimas do sexo masculino, percebe?*” P1). Apesar das poucas referências ($n = 3$), três participantes mencionaram inclusive a não existência de intervenção para agressoras do sexo feminino, considerando isso uma lacuna.

A maioria dos elementos das FS mencionou que a lei é neutra em termos de sexo ($n = 9$) (e.g., “*A lei não faz distinção em relação ao género e as respostas têm que ser as mesmas. As mesmas?! Mediante a situação que nos aparecer, não é?*” P5). Contudo, para a maioria, existe uma representação social mais favorável para a mulher enquanto vítima ($n = 7$) (e.g., “*Na própria sociedade, a sociedade não olha para um homem vítima de VD com respeito nem com aquela... Com aquela atenção que olha, por exemplo, para as vítimas de VD mulheres.*” P4). Apesar de tudo, só alguns salientaram que a autopercepção enquanto vítimas ($n = 3$) é diferente no homem e na mulher vítima.

3.3. Violência doméstica contra homens

Os participantes destacaram alguns tópicos que caracterizam este fenómeno, tais como:

3.3.1. Prevalência do fenómeno

No que diz respeito à prevalência do fenômeno, a maioria dos participantes destacaram-no como residual ($n = 9$) (e.g., *“Queixas ou denúncias específicas de homens de VD continuam a ser residuais.”* P4) e encoberto ($n = 10$) (e.g., *“Acho que sim, está escondida. Há muita violência masculina escondida, muita, muita, muita!”* P6).

3.3.2. Tipo de violência sofrida

Os participantes destacaram a violência psicoemocional ($n = 10$) sofrida pelos homens vítimas (e.g., *“Mas era por agressões psicológicas. Ele era vítima de agressões psicológicas, ele era constantemente humilhado, insultado...”* P11) como a mais comum. Por outro lado, fizeram referência à violência física ($n = 5$) (e.g., *“Pega num pau e dá-lhes em cima deles, etc...”* P3) como também existente.

3.3.3. Protagonistas do fenômeno

Indagados sobre o perfil dos protagonistas no fenômeno, os participantes não foram unânimes nas suas percepções. Cerca de metade referiram a indefinição de um perfil típico ($n = 5$) (e.g., *“Não tem aquele padrão, não é?”* P1).

Outros relataram algumas características individuais, tais como, no caso do homem: abuso de substâncias ($n = 3$) (e.g., *“Quando é na relação mulher-homem, quando o agressor é mulher, é a vítima que está na dependência... Está na dependência de alguma... De algum aditivo”* P4) e vulnerabilidade psicológica ($n = 4$) (e.g., *“São pessoas que... Os homens são fracos...”* P4).

No caso da mulher agressora enfatizaram os traços de personalidade ($n = 3$) (e.g., *“Mas do senso comum... As mulheres tendem a ser manipuladoras, muito manipuladoras e quando querem...”* P10) e o abuso de substâncias ($n = 3$) (e.g., *“Pelos casos que eu tenho, as senhoras tem problemas de consumo de álcool.”* P3). Mais uma vez, foi notória a dificuldade em definir um perfil dos protagonistas envolvidos deste fenômeno.

3.3.4. Impacto da VD nos homens vítimas

Quando questionados sobre o impacto da VD para o homem vítima, a maioria dos participantes manifestou alguma dificuldade descrevê-lo. Os que o fizeram, foram vagos nas suas respostas. Ainda assim, o impacto mais mencionado foi o psicológico ($n = 3$) (e.g., *“Como são fatores psicológicos, é sempre aquele impacto que não se demonstra tão... Chegam com um baixo nível de autoestima e lá está como sente a masculinidade ferida...”* P7).

3.3.5. Fatores explicativos do fenómeno

Os participantes tiveram dificuldade em enumerar as razões que fundamentem a VD contra homens. Entre os poucos participantes que apontaram algumas explicações para este fenómeno, o fator mais referido foi a inversão do papel tradicional de género ($n = 3$) (e.g., “*Não aceitam estar desempregados ou ser a mulher a sustentar e uma coisa acaba por levar às outras.*”P5).

3.3.6. Motivos para a agressão feminina

Vários foram os motivos apontados para a agressão feminina, realçando a retaliação ($n = 4$) (e.g., “*Muitas das mulheres, por exemplo, se calhar agridem o homem porque estão fartas de ser agredidas, percebe?*”P1) e o poder ($n = 4$) (e.g., “*Será para a mulher mostrar superioridade perante o homem, que é ela que manda, que é ela quem controla a casa...*”P11). O objetivo instrumental ($n = 4$) foi, também, apontado pelos participantes.

3.3.7. Pedido de ajuda pelos homens vítimas

No que se refere ao pedido de ajuda, surgiram 4 tópicos considerados relevantes: a) características da denúncia; b) motivos; c) objetivos; d) denúncia contra denúncia.

Relativamente às características da denúncia, cerca de metade dos participantes assumiram que a mesma surge normalmente como denúncia contra denúncia ($n = 5$): “*E também existe muito a queixa contra queixa, em que a mulher apresenta queixa contra o marido e o marido apresenta queixa contra a mulher.*”P5. Nesses casos, os participantes relataram que na maioria dos casos a mulher é agressora primária (7): “*depende da situação, mas nós às vezes temos um processo onde a vítima são mulheres e durante a investigação chegamos à conclusão que não é bem assim. Se calhar ele é mais vítima do que ela.*” P5

Quando indagados pelos motivos do pedido de ajuda, a maioria dos participantes referiu a situação-limite ($n = 5$) como o despoletar para a denúncia: “*Eu acho que o homem quando vem denunciar já é em última linha mesmo...*”P10.

Sobre os objetivos do pedido de ajuda, destacaram-se alguns: apoio para a companheira ($n = 3$) (e.g., “*Porque não conseguem outras respostas, na área da saúde*

ou seja nas várias entidades a quem recorreram e veem-se forçados a apresentar queixa-crime para ver se alguém faz alguma coisa.” P10) e a cessação das agressões ($n = 3$) da companheira (e.g., “Para mim, normalmente, é corrigirem alguns problemas e não quebrar com a relação(...).”P6)

3.3.8. Fatores explicativos da não-denúncia

No que concerne aos fatores explicativos da não denúncia, os participantes referiram alguns aspetos relativos a fatores individuais, socioculturais e do sistema de justiça. Relativamente ao primeiro fator, os participantes referiram alguns fatores intra-individuais do homem vítima que justificam a não-denúncia, tais como, a vergonha ($n = 11$) (e.g., “O ser residual em relação aos homens ainda parte muitos deles terem vergonha” P11) e preservação da masculinidade ($n = 5$) (e.g., “Eu acredito que provavelmente existem mais, mas o problema da virilidade masculina estraga tudo.” P1). O medo de serem ridicularizado ($n = 7$) (e.g., “Mas acho que é mais por vergonha social. Vão achar que toda gente vai rir-se deles, que já vai ser vítima duas vezes, já é vítima em casa e depois se calhar ainda vai ser vítima na rua.”P6) foi um dos fatores socioculturais mencionados que desfavorece a denúncia, assim como a visão machista do homem ($n = 8$) (e.g., “O homem esconde, tenta esconder para não ficar mal perante a sociedade, perante os amigos, perante os familiares, porque as pessoas ainda pensam que é vergonhoso um homem levar de uma mulher.” P10). Por fim, os participantes referiram que a não-denúncia seria potenciada essencialmente pelo receio do tratamento da justiça ($n = 3$) (e.g., “E existe muito receio dos homens de como é que vão ser recebidos pelas autoridades.”P4).

3.3.9. Manutenção na relação abusiva

Os participantes apresentaram um conjunto de explicações para a manutenção do homem vítima numa relação abusiva. A dependência emocional ($n = 5$) (e.g., “Dependência afetiva, porque gostam realmente das pessoas (...) Aplica-se a ambos os sexos: a dependência efetiva, muitas vezes, é o que mais leva a manter-se numa relação de abuso.” P10), dependência económica ($n = 4$) (e.g., “E a dependência económica. Se eu estiver em dependência económica eu não saio dali para estar pior.”P5), a acomodação ($n = 4$) (e.g., “O português é muito comodista.”P5), o papel dos filhos ($n = 4$) (e.g., “De perder os filhos.” P11) e, por fim, as questões culturais ($n = 3$) (e.g., “Alguns é: “não. Eu sou casado, logo sou casado para toda a vida!”. E portanto, tiveram metidos

em relações menos... Que não seja dentro do casamento, por exemplo. Ou seja, não se libertam e aceitam essa... Acabam por ser vítimas e isso não haverá diferença...” P2).

Realça-se que dois participantes defenderam que o homem não permanece na relação quando é abusiva.

3.3.10. *Coping* do homem vítima de VD

Os participantes relataram que as estratégias de *coping* do homem vítima distinguem-se em *coping* desadaptativo e *coping* adaptativo. O primeiro incluíam-se a reação agressiva ($n = 5$) à violência da companheira (e.g., *“E o homem reage de forma violenta e agarra-se a estas coisas.”*P5). No segundo, referia-se em “ir ao café” ($n = 1$) (e.g., *“O homem ‘vais chatear-me a cabeça agora por causa disto, vou mas é até ao café!’”* P3) como uma das formas utilizadas para lidar com a violência sofrida.

3.3.11. Denúncia e processo de tomada de decisão

Os participantes referiram que existem vários aspetos a interferir na denúncia e no processo de tomada de decisão subjacente. As mais referidas são relativamente à pré-denúncia (pressão social, $n = 2$, e.g., *“Acho que é um peso muito grande para o homem, perante os amigos, os familiares, porque têm aquela ideia ‘tu és homem, és homem, és um ser superior à mulher! Não devias ser vítima, devias-te impor, devias se calhar reagir!’”*P11) e na denúncia (psicoemocionais, $n = 3$, e.g., *“Porque repare, para um homem, para um homem chegar aos posto da GNR da sua área de residência, que até conhece os guardas: ‘olhe vim aqui dizer que a minha mulher deu-me dois estalos na cara e tal’ (tom baixo)... O homem sente-se... Constrangido, porque vivemos num mundo de homens, não é?”* P3).

3.3.12. Necessidades dos homens vítimas

Relativamente às necessidades dos homens vítimas, parece não existir concordância entre os participantes a não ser relativamente à necessidade de mais respostas ($n = 6$) (e.g., *“Tem-se que criar mais apoios, sem sombra de dúvida. Acho que neste aspeto, os elementos masculinos estão a ser um bocado esquecidos. E o esquecimento também resulta em tudo isso.”* P9) das FS serem formadas e sensibilizadas ($n = 4$) (e.g., *“É o tal caminho que vai ter que ser feito para tentar sensibilizar primeiro internamente, as pessoas que estão à frente dos serviços que tenham que receber as vítimas(...)”* P4).

3.4. Papel das forças de segurança

3.4.1. Atendimento dos homens vítimas

A generalidade dos participantes garantiu que o atendimento dos homens vítimas se caracterizava como indiferenciado ($n = 11$) (e.g., *“O que interessa é que se é vítima deve ser atendida e que deve ser encaminhada e ser tratado do assunto dela como vítima e não...Dependendo se é homem ou se é mulher.”*P4). Por outro lado, mostraram mais sensibilidade para a mulher vítima, denotando-se uma discriminação negativa ($n = 5$) face ao homem (e.g., *“Eu atendo da mesma forma, mas se calhar com a senhora tenho mais cuidado, porque eu sei que é uma pessoa mais sensível do que um homem, não é?”*P1).

Quanto às exigências no atendimento, apesar de os participantes referirem um elevado grau de preparação ($n = 9$) quanto ao fenómeno (e.g., *“Quanto a mim os nossos efetivos estão preparados para isso.”* P7), ainda assim, mencionaram algumas dificuldades sentidas relativas às respostas ($n = 9$) (e.g., *“Onde é que os vamos pôr? Porque casas de abrigo para o sexo masculino desconheço, neste momento, não faço ideia onde é que existem.”*P1); ao sistema de justiça ($n = 8$) (e.g., *“As queixas e o rótulo que atribuem às queixas, quase sempre, quando a vítima é homem, a qualificação criminal era quase sempre ofensas à integridade física ou.. Tendia a ser rotulado como um crime menor e não como VD e automaticamente...”*P10), ao profissional ($n = 7$), (e.g., *“Existe ainda muito preconceito. Mas isso vai das forças policiais até ao topo.”*P5).

Com menor frequência, referiram as dificuldades alusivas à vítima ($n = 4$) (e.g., *“Tenho aqui um caso em que se calhar vou constituí-la arguida, porque ela pôs-lhe um pau para lhe dar. Só que o homem: ‘Quer prosseguimento criminal? Não!’ ou ‘quer continuar com o processo? não!’.”*P3) e à cultura ($n = 2$) (e.g., *“A questão da vítima ser homem é extremamente complicado, porque lá está: há muito estigmas associados e depois é assim: “entre marido e mulher, ninguém mete a colher...”* P3).

3.5. Intervenção das forças de segurança

A maioria dos participantes reconheceram a intervenção das FS como importante ($n = 6$), clarificando os dois papéis/funções inerentes à profissão que, apesar de diferentes, são complementares - psicossocial e técnico: *“Acho que é um papel importante, porque são os primeiros a chegar, normalmente. Somos os primeiros a ter contacto com a vítima, por isso é que acha que é muito importante, porque é daí que passa a vontade deles em continuar ou recuarem.”*P5

Quando indagados sobre as competências necessárias para a intervenção com as vítimas masculinas, a quase totalidade dos participantes fizeram referência à importância das competências profissionais e técnicas ($n = 10$) (e.g., *“Saber as competências: saber para poderem fazer a sua parte, têm que saber encaminhar, têm que conhecer todos os outros recursos para saberem encaminhar.”*P2) e, ainda, interpessoais ($n = 9$) (e.g., *“Friso a capacidade de ouvir, o verbalizar também é importante, mas o escutar principalmente ou o saber ouvir.”*P9).

Em relação às estratégias de atuação pelas FS, os participantes enumeraram algumas estratégias a nível macro e micro. A nível macro, destacou-se valorização da formação contínua ($n = 11$, e.g., *“Nós estamos constantemente a receber formação e a atualizar informação que... Na nossa área (...) P4*), ainda que dois participantes revoguem a necessidade de uma formação específica para o atendimento de homens vítimas.

Quanto a um nível micro, como estratégias de atuação sugeriram, entre outras, a maior sensibilização na GNR ($n = 7$) (e.g., *“Há um longo percurso para ser feito, que é feito todos os anos, e é feito dentro do mesmo ano é feito várias vezes com ações de sensibilizações internas direcionadas para o nossos quadros sobre como devem olhar para a problemática, como é que os mecanismos... Para olharmos para um homem vítima de VD e olhá-lo como vítima.”*P8) e a “educação para a cidadania” em geral ($n = 5$) (e.g., *“Têm que ser preparados desde muito novos, toda esta parte cultural, ou seja, desde o infantil, não é? Se tivermos uma prevenção desde a primária, desde a pré-escolar sobre este tipo de temática, daqui a uns anos poderemos ter direito a muito fruto, de uma educação para a cidadania como se fala...”*P7).

4. Discussão

Este é o primeiro estudo nacional que pretende conhecer profundamente os discursos e as perceções da FS. Os resultados revelam que os discursos e as perceções se revelaram globalmente ajustados face às evidências disponíveis na literatura sobre este fenómeno, ainda que haja considerações a reter (e.g., desconhecimento do impacto; indefinição do perfil). É inegável que as FS têm evoluído e dado passos positivos na abrangência da VD, através do investimento na formação, na criação de estruturas como o NIAVE, da crescente sensibilização nas FS, da evolução legislativa. Este investimento, e em outros estudos portugueses (e.g., Carvalho, 2016), revelam dados encorajadores relativamente às perceções das FS sobre a VD contra homens.

As FS reconhecem o homem como vítima de VD, em consonância com a literatura (e.g., Costa et al., 2015; Hines & Douglas, 2015). Os participantes perspetivam o fenómeno como encoberto e residual em termos de denúncia. Nacionalmente esta perceção é comprovada pelo RASI (2016) e por vários estudos que aludem a reduzida taxa de denúncia comparativamente à ocorrência do fenómeno (e.g., Machado, Hines, & Machado, 2016a, 2016b).

Os participantes enfatizam a violência psicoemocional como mais frequentemente sofrida pelo homem, embora refiram a física como uma forma de violência utilizada pelas mulheres (Costa et al., 2015). O reconhecimento do homem vítima, do tipo e prevalência do fenómeno revela a evolução das FS e da sociedade, na medida em que era uma realidade ocultada, estereotipada, fruto de uma visão sociedade patriarcal (Douglas, Hines, & McCarthy, 2012). Este conhecimento básico sobre o fenómeno é corroborado pelo estudo de Carvalho (2016), respondendo parcialmente à primeira questão de investigação (conhecimento das FS), que se revelam congruentes com a literatura.

A literatura aludem a vários motivos para a agressão feminina (e.g., retaliação, poder, autodefesa), os quais partilhados, na sua maioria, pelos participantes. Ressalva-se que, por um lado, defendem que a mulher agride em resposta a violência passada e/ou atual, por outro, a mulher tenta obter benefícios, fustigando o companheiro, esperando que ele reaja intempestivamente às provocações. Isto parece indicar a existência de mais que um tipo de agressora e/ou a fraca clareza relativamente ao fenómeno, no que se trata aos protagonistas. Nacional e internacionalmente, as FS são perspetivadas, pela vítima homem, como ineficazes e estereotipadas, na medida que os ridicularizam e/ou acusam-nos de serem eles os agressores. Machado, Hines, e Matos (2016b) concluem que nenhum dos homens que recorreu aos serviços formais de ajuda (e.g., polícia) os considerou uma ajuda eficiente por essas razões. Isto contribui para a explicação da manutenção do homem na relação abusiva, aliado à dependência emocional, ao papel dos filhos, crenças intradividuais (e.g., “casamento é para a vida”, Hines & Douglas, 2015), à vergonha, entre outros. Estas perceções foram partilhadas, em larga medida, pelos participantes. Ao equacionar estes resultados, pode-se aferir algumas ilações: primeiro, a transversalidade do fenómeno (defendido por parte dos participante), que possibilita a transposição do seu conhecimento sobre a temática quando a vítima é mulher para o homem; segundo, o fator “formação” pode estar veiculado à diversidade e competência nas respostas dadas e, terceiro, com o decorrer da entrevista denotar-se um discurso menos *genderizado* e mais focalizado no homem vítima, estimulando reflexões mais diretas e congruentes com o

tema. Uma observação a ser referida é o medo da retaliação da parceira ser referido na literatura (e.g., Hines & Douglas, 2016; Machado, Hines, & Matos, 2016a) como um motivo para a manutenção na agressão. Porém, essa justificativa não é aludida pelos participantes, a percepção de que a violência sofrida é essencialmente psicológica pode contribuir para essa desconsideração, favorecendo a relutância das FS em considerar a VD contra homens como um caso grave e sério (Barkhuizen, 2015; Randle & Graham, 2011).

Os participantes enumeraram diversas barreiras à denúncia, nomeadamente, nas respostas, a possível estigmatização (do profissional e/ou sistema de justiça), culturais e da vítima. Refletiram, ainda que vagamente, sobre a influência da pressão social, do estigma social e questões psicoemocionais no processo de pedido de ajuda. Algumas destas ideias são perspetivadas pela vítima masculina (e.g., Machado, Hines, & Machado, 2016a, 2016b) e defendidas na literatura (e.g., Dutton & White, 2013), nomeadamente o tratamento estigmatizado pelas FS, o direcionamento das respostas para as mulheres e a vergonha. Estas são algumas das entaves dos homens vítimas no pedido de ajuda, respondendo à terceira questão de investigação.

Não obstante, estas críticas revelam preocupação social e são resultados encorajadores, pois existindo uma percepção clara do problema pelas FS, existe, *à priori*, uma maior abertura de resolução do mesmo. Em consonância com isto, foi enfatizada a formação, a sensibilização e a educação para cidadania (mais preventivo e comunitário) para diminuir as dificuldades. A maioria dos participantes afirmou a necessidade de uma formação específica neste fenómeno, obtendo-se a resposta à quinta questão de investigação. Segundo Burkhuizen (2015), a formação pode evitar a revitimação, resultado ilustrado por Carvalho (2016), dado que os participantes com formação manifestavam percepções mais ajustadas do que os restantes. As FS sugerem mais respostas (e.g., campanhas de prevenção) e outras ideias que são partilhadas pelos homens vítimas e são consideradas uma das necessidades a satisfazer, bem como, o estar seguro, usufruir de apoio especializado (e.g., apoio psicológico) e/ou apoio social (e.g., não ser ridicularizado), entre outros (Machado, Hines, & Matos, 2016b).

É necessário que as condições de atendimento (e.g., físicas, inerentes ao profissional) sejam adequadas, para minimizar percepções deficitárias das vítimas homens relativamente às FS e, conseqüentemente potenciar a denúncia. Ainda que as FS enfatizem a sua importância enquanto instância de apoio e, estejam conscientes que se o primeiro contacto para o pedido de ajuda falha, todo o processo de ajuda

consequentemente corrompe e a vítima pode não voltar a procurar ajuda. É importante investir nesta área, nas *skills* dos profissionais, já reconhecidas por eles (e.g., empatia, escuta ativa, apoio emocional, “saber-fazer”). A discrepância entre a preparação percebida pelos participantes e a percepção das vítimas ilustrada por outros estudos indica que, possivelmente, as FS não estão a realizar uma intervenção tão adequada como idealizam. O facto de uniformizar o fenómeno e de o considerar transversal pode invalidar as características idiossincráticas do homem enquanto vítima. Ressalva-se que o reduzido reconhecimento do homem como vítima e a sua invisibilidade torna estas vítimas mais vulneráveis, necessitando de uma intervenção cuidada, empática e sensível perante o problema. Torna-se preponderante destacar que, ainda que assentem a ideia que ainda há muito por fazer, ainda demonstram um tratamento diferenciado, discriminando negativamente o homem em prol da mulher, considerando-a como mais necessitada de apoio quer técnico quer psicossocial. Esta percepção não é surpreendente, visto que a mulher é, tendencialmente, a vítima e é quem mais denuncia as agressões, mesmo referenciando-se no facto da lei não ser *genderizada*, é notório e comprovado pela literatura que o homem tende a ser mais trivializado (Machado, Hines, & Matos, 2016a, 2016b). Estas ideias (preparação percebida, *skills* e papel das FS) respondem às questões de investigação, na medida que as FS consideram-se preparadas, referindo algumas *skills* (e.g., empatia, conhecimento teórico) necessárias e mencionando o seu papel enquanto FS (e.g., instância de apoio).

A maioria dos participantes já interveio, em algum momento, junto de homens vítimas. Porém, o número de casos que estes atenderam é reduzido. É esperado que essa taxa influencie a percepção dos participantes: quanto maior a experiência profissional, menor tendência de percepções desajustadas (Carvalho, 2016). Estes dados ilustram a experiência das FS (resposta à segunda questão de investigação). Apesar da experiência escassa, os participantes tendem a ilustrar percepções coerentes relativas ao fenómeno. Esse dado, mais uma vez, justifica-se pela formação contínua que, especificamente, este grupo (NIAVE) está submetido. A pouca experiência explica a discrepância e dispersão nas percepções sobre especificidades do fenómeno (e.g., perfil dos protagonistas, o impacto no homem vítima, estratégias de *coping*, denúncia e processo de pedido de ajuda), questões relevantes para uma intervenção mais eficaz e produtora. Ressalva-se que os homens vítimas procuram ajuda quando esgotam as estratégias pra lidar com a violência, sendo o último recurso, deposita expectativas nas FS, esperando que, no mínimo, valide, as suas experiências de vitimação e lhe seja dado algum suporte. No

estudo de Machado, Hines, & Machado (2016b) concluiu-se que os homens sofrem violência secundária através dos apoios formais. Não obstante, a falta deste conhecimento mais específico não significa que o atendimento será necessariamente deficitário, representa antes a necessidade de uma estratégia que incida sobre esta lacuna (e.g., formação, Burkhuizen, 2015).

Não obstante os resultados, maioritariamente, ajustados da FS, o estudo apresenta algumas limitações. A primeira refere-se à amostra, ao tamanho e homogeneidade em termos de sexo e devia incluir outras estruturas das FS (e.g., PSP), visando a comparação entre as mesmas. Outra limitação refere-se ao facto da amostra ser constituída quase maioritariamente por elementos do NIAVE, o que pode influenciar os resultados do estudo pela formação especializada e por atuarem em casos graves maioritariamente com mulheres vítimas, criando maior empatia com as mesmas. Uma sugestão seria aplicar um estudo semelhante a elementos das FS da “primeira linha” que, por norma, são os primeiros a atender as vítimas, para avaliar os seus discursos. Por fim, apesar da entrevista recolher dados profundos e ricos, pode estimular a desejabilidade social. Uma sugestão para estudos futuros seria a articulação entre as perceções recolhidas das FS e as perceções das vítimas masculinas, visando a reflexão crítica entre a realidade percebida de cada um, em que medida se assemelham e se distinguem. Seria interessante, também, estudar as perceções dos elementos das FS do sexo feminino versus masculino.

5. Conclusão

A presente investigação contribui com dados importantes para o conhecimento científico na VD contra homens por dar atenção às perceções das FS relativamente ao fenómeno. Há necessidade de mais investigação para aprofundar estas e outras perceções com outras amostras (e.g., homens vítimas). Para além disso, surgiram algumas perceções menos aprofundadas (e.g., impacto, perfil), ainda que a maioria das perceções sejam ajustadas e congruentes com a literatura.

No atendimento ao homem vítima é essencial avaliar se estas incongruências interferem com a atuação das FS. Caso exista, é necessário elaborar propostas de intervenção (e.g., formação, ações de sensibilização) com esta comunidade de forma a diminuir, sobretudo com os elementos da “primeira linha”. Reforça-se que uma visão estereotipada do homem vítima interferirá no atendimento pelas FS (e.g., Russel & Light, 2006) e que o investimento em formação pode reduzir essa revitimização. Por outro lado, é fundamental o olhar sobre o homem vítima, as suas necessidades e lacunas na sua

intervenção, como os FS fazem referência. A falta de resposta torna-se um “pau de dois bicos”, já que as FS querem ajudar, porém não têm como o fazer e os homens vítimas querem ajuda, mas não procuram as FS por sentirem que são inúteis. É necessário, também, a contribuição para mais políticas de combate à VD, não apenas para apelar à procura de ajuda, mas favorecer a sensibilização social e dar visibilidade ao fenómeno. Ressalva-se que não se pretende descurar a VD contra mulher, mas permitir que os homens exerçam o seu papel enquanto vítimas de VD, sobretudo sem vergonha nem estigmatização social, política e, muitas vezes, individual.

Referências

- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *126*, 651-680. doi: 10.1037//0033-2909.126.5.657
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2012). Estatísticas APAV: Relatório Anual 2012. Retirado de http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2012.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2016). Estatísticas APAV: Relatório Anual 2015. Retirado de http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2015.pdf
- AuCoin, K. (2005). Family Violence in Canada: A Statistical Profile 2005. Ottawa: Canadian Centre for Justice Statistics, Statistics Canada. Retirado de <http://data.library.utoronto.ca/datapub/codebooks/cstdli/gss/gss18/85-224-xie2005000.pdf>
- Bair-Merritt, M., Crowne, S., Thompson, D., Sibinga, E., Trent, M., & Campbell, J. (2010). Why do women use intimate partner violence? A systematic review of women's motivations. *Trauma, Violence & Abuse*, *11*, 178-189. doi: 10.1177/1524838010379003
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.
- Barkhuizen, M. (2015). Police reaction to the male victim of domestic violence in South Africa: case study analysis. *Police Practice and Research*, *16*, 291–302. doi: 10.1080/15614263.2015.1038025
- Breiding, M., Basile, K., Smith, S., Black, M., & Mahendra, R. (2015). *Intimate partner violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements, version 2.0*. Atlanta (GA). National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. Retirado de <http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/intimatepartnerviolence.pdf>
- Busch, A., & Rosenberg, M. (2004). Comparing women and men arrested for domestic violence: A preliminary report. *Journal of Family Violence*, *19* (1), 49-57. Retirado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.451.9595&rep=rep1&type=pdf>
- Caetano, R., Nelson, S, & Cunradi C. (2001). Intimate partner violence, dependence symptoms and social consequences from drinking among White, Black and

Hispanic couples in the United States. *The American Journal on Addictions*. 10 (1) , 60-69 doi: 10.1080/10550490150504146

Caldwell, J., Swan, S., & Alle, C. (2009). Why I hit him: Women's reasons for intimate partner violence. *Journal of Aggression Maltreatment & Trauma*, 18, 672–697. doi:10.1080/10926770903231783

Capaldi, D., Knoble, N., Shortt, J., & Kim, H. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. *Partner Abuse*. 3 (2), 231-280. doi:10.1891/1946-6560.3.2.231

Carmo, R., Grams, A., & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18 (8), 355-359. doi:10.1016/j.jflm.2011.07.006

Carvalho, G. (2016). *Homens vítimas de violência doméstica e homicídio conjugal: Percepções das polícias*. Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Cook, P. (2009). *Abused men: The hidden side of domestic violence* (2ª edição). Westport, CT: Praeger.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. Coimbra. Edições Almedina, S.A.

Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal Public Health*, 60 (4), 467-78. doi: 10.1007/s00038-015-0663-1

Desmarais S., Reeves K., Nicholls T., Telford R., & Fiebert M. (2012) Prevalence of physical violence in intimate relationships, part 1. Rates of male and female victimization. *Partner Abuse*, 3 (2), 1–6. doi:10.1891/1946-6560.3.2.140

Dixon, L., & Graham-Kevan, N. (2011). Understanding the nature and etiology of intimate partner violence and implications for practice and policy. *Clinical Psychology Review*, 31 (7), 1145–1155. doi:10.1016/j.cpr.2011.07.001

Dobash, R., & Dobash, R. (2004). Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal Criminology*, 44 (3), 324-349. doi: 10.1093/bjc/azh026

Dutton, D., & White, K. (2013). Male victims of domestic violence. *New male studies: An International Journal*. 2 (1), 5-17. Retirado de <http://ukfamilylawreform.co.uk/docs/malevictimsofdvdvbydutton2013.pdf>

Elmquist, J., Hamel, J., Shorey, R., Labrecque, L., Ninnemann, A. & Stuart, G. (2014). Motivations for intimate partner violence in men and women arrested for domestic violence and court referred to batterer intervention programs. *Partner abuse*. 5 (4), 359–374. doi:10.1891/1946-6560.5.4.359

Feder, L., & Henning, K. (2005). A Comparison of Male and Female Dually Arrested Domestic Violence Offenders. *Violence and Victims*. 20 (2), 153-171. doi: [10.1891/0886-6708.2005.20.2.153](http://dx.doi.org/10.1891/0886-6708.2005.20.2.153)

Finney, A. (2006). *Domestic Violence, sexual assault and stalking: Findings from the 2004/2005 British Crime Survey*. Home Office Online Report 12/06. Retirado de <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs06/rdsolr1206.pdf>

Hamel, J. (2009). Toward a gender-inclusive conception of intimate partner violence research and theory: Part 2 - New directions. *International Journal of Men's Health*, 8, 41-59. doi: 10.3149/jmh.0801.41

Hines, D., & Malley-Morris, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: A neglected research area. *Psychology of Men & Masculinity*, 2, 75-85. Doi: 10.1037//1524-9220.2.2.75

Hines, D. (2007). Post-traumatic stress symptoms among men who sustain partner violence: a international multisite study of university students. *Psychology of Men & Masculinity*. 8 (4), 225-239. doi: 7/1524-9220.8.4.225

Hines, D., Brown, J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to the domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence*. 22 (2), 63-72. doi: 10.1007/s10896-006-9052-0

Hines, D., & Douglas, E. (2010). A closer look at men who sustain intimate terrorism by women. *Partner Abuse*. 1 (3), 286-313. doi: 10.1891/1946–6560.1.3.286

Hines, D., & Douglas, E. (2011a). The reported availability of U.S. domestic violence services to victims who vary by age, sexual orientation, and gender. *Partner Abuse*. 2 (1), 3-29. doi: 10.1981/1946-6560.2.1.3

Hines, D., & Douglas, E. (2011b). Symptoms of posttraumatic stress disorder in men who sustain intimate partner violence: A study of help-seeking and community samples. *Psychology of Men & Masculinity*, 12 (2), 112-127. doi: 10.1037/a0022983

Hines, D., & Douglas, E. (2012). Alcohol and Drug Abuse in Men Who Sustain Intimate Partner Violence. *Aggressive Behavior*, 38 (1), 31-48. doi: 10.1002/ab.20418

Hines, D., & Douglas, E. (2015). Health problems of partner violence victims: Comparing help-seeking men to a population-based sample. *American Journal of Preventive Medicine*, 48 (2), 136-144. doi:10.1016/j.amepre.2014.08.022

Hines, D., Douglas, E., & Berger, J. (2014). A self-report measure of legal and administrative aggression within intimate relationships. *Aggressive Behavior*, 41, 1-15. doi: 10.1002/ab.21540

Machado, A. (2016). Violência na intimidade contra os homens: das características aos significados. Dissertação de doutoramento, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Machado, A., & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: As vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Revista da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça*, 5, 5-28. Retirado de : <http://hdl.handle.net/1822/30893>

Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas de violência na intimidade: Revisão da sua prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26 (3), 726-736. doi: 10.1590/S0102-71822014000300021

Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016a). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17 (3), 255-264. doi: 10.1037/men0000013

Machado, C., Matos, M., Saavedra, R., Cruz, O., Antunes, C., Pereira, M., Rato, A., Pereira, I., Carvalho, C., Capitão, L. (2009). Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal: Estudos com profissionais de saúde, polícias e professores. *Acta Médica Portuguesa*, 22 (6), 735-742. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30941>

Matos, T., & Cláudio, V. (2010). Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* 3205-3218. Braga

Matos, M., & Santos, A. (2014). Violência na intimidade: Da gestão do risco à construção da autoria. In M. Matos (Coord.) *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção*. 59-72. Braga: Psiquilíbrios Edições.

McCarrick, J., Davis-McCabe, C., & Hirst-Winthrop, S. (2015). Men's experiences of the criminal justice system following female perpetrated intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, *31* (2), 203-213. doi: 10.1007/s10896-015-9749-z

McGregor, K., Renshaw, L., & Andrevski, H. (2013). ACT victims of crime referral project: Final report. Canberra: Australian Institute of Criminology. Retirado de http://www.aic.gov.au/media_library/publications/tbp/tbp055/tbp055.pdf

Mele, M., Roberts, J., & Wolfer, L. (2011) Men who seek protection orders against female intimate partners. *Partner Abuse*. *2* (1), 61-75 doi: 10.1891/1946-6560.2.1.61

Melton, H., & Sillito, C. (2012) The role of gender in officially reported intimate partner abuse. *Journal of Interpersonal Violence*. *27* (6), 1090–1111. doi: 10.1177/0886260511424498

Migliaccio, T. (2002). Abused husbands: A narrative analysis. *Journal of Family Issues*, *23* (1), 26-52. doi:10.1177/0192513X02023001002

Muller, R., Desmarais, S., & Hamel, J. (2009). Do judicial responses to restraining order requests discriminate against male victims of domestic violence? *Journal of Family Violence*. *24* (8), 625-637. doi: 10.1007/s10896-009-9261-4

Randle, A., & Graham, C. (2011). A review of evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity*. *12* (2), 97-111. doi:10.1037/a0021944

RASI (Relatório Anual de Segurança Interna; 2016). Relatório anual de administração interna. Lisboa: Ministério de Administração Interna. Retirado de [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202015.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202015.pdf)

Russel, M., & Light, L. (2006). Police and victim perspectives on empowerment of domestic violence victims. *Police Quarterly*. *9* (4), 375-396. doi:10.1177/1098611104264495

Sousela, L. (2006). *Violência conjugal feminina: Contextos, motivos e consequências*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.

Stuart G., Meehan J., Moore T., Morean M, Hellmuth J, & Follansbee, K. (2006). Examining a conceptual framework of intimate partner violence in men and women arrested for domestic violence. *Journal of Studies on Alcohol*. *67* (1), 102–112. doi: [10.15288/jsa.2006.67.102](https://doi.org/10.15288/jsa.2006.67.102)

Stuart, G., Moore T., Gordon, K., Hellmuth, J., Ramsey, S., & Kahler, C. (2006). Reasons for intimate partner violence perpetration among arrested women. *Violence Against Women*. 12 (7), 609–621. doi: 10.1177/1077801206290173

US Department of Justice (2015). Retirado de <http://www.justice.gov/ovw/domestic-violence>

Vala J. (1989) *A análise de conteúdo*, in Silva A. S. & Pinto J. M. (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento

Watson, D., & Parsons, S. (2005). *Domestic abuse of women and men in Ireland*. Report on the National Study of Domestic Abuse. Dublin: Stationery Office